

GRANDES OBRAS...GRANDES IMPACTOS¹

Maria Lia Corrêa de Araújo²

Nas sociedades modernas, assiste-se, há algumas décadas, a uma crescente preocupação com os impactos negativos de grandes projetos. Se, no passado, não muito distante, o discurso do progresso associado ao crescimento econômico respaldava as ações viabilizadoras de empreendimentos de maior porte – frequentemente relacionados com investimentos na infra-estrutura urbana das metrópoles, com a ampliação dos sistemas de transporte rodoviário ou ferroviário, com a construção de hidrelétricas, dentre outros –, verifica-se, atualmente, a emergência de novos questionamentos acerca do uso adequado dos recursos naturais e dos impactos sociais das obras planejadas. Tais mudanças foram propiciadas pelos avanços alcançados no âmbito do conhecimento técnico-científico, mas, sobretudo, pela capacidade de organização e de luta, em torno de seus interesses específicos, das comunidades direta ou indiretamente atingidas por grandes projetos.

Afigura-se inquestionável que os estudos, desenvolvidos em diversos campos da ciência, contribuíram para o aperfeiçoamento dos métodos de avaliação de impactos ambientais, influência esta impensável desassociada da existência de condicionantes de ordem política e social, como, por exemplo, as pressões desencadeadas por grupos

¹ Na elaboração deste texto, foram utilizados dados produzidos pela pesquisa desenvolvida pela Fundação Joaquim Nabuco sobre o reassentamento da população rural atingida pela Barragem de Itaparica, com a transcrição de trechos constantes da introdução - de minha autoria - ao livro *Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica*, organizado com base nesses resultados.

² Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco

ambientalistas e, em especial, pelos movimentos sociais atuantes nas áreas de implantação dos mencionados empreendimentos. As conquistas decorrentes das ações coletivas da sociedade civil organizada refletem-se, por exemplo, na ampliação do controle exercido pela legislação ambiental, sendo que, no Brasil, essas alterações mostram-se mais intensas a partir das décadas de 1970-80.

No que se refere, particularmente, aos impactos socioeconômicos – provavelmente os de mais difícil avaliação, dada a multiplicidade de formas sob as quais se manifestam – a literatura especializada remete à recorrência de determinadas questões, a despeito das peculiaridades inerentes a cada um dos grandes projetos que se constitui em objeto desses estudos. Sem desconsiderar a importância de relações que se estabelecem nos micro-espços da convivência social – a família, a vizinhança, os grupos de interesse específicos – três constatações, de caráter mais geral, surgem com relevância: (1) a heterogeneidade dos grupos sociais atingidos pelo empreendimento condicionando formas distintas de impacto; (2) a diferenciação social como decorrência possível dos investimentos públicos ou privados na área de influência da obra; (3) a relação, nem sempre explícita, do empreendimento com o desenvolvimento regional, fato que, por sua vez, remete a um tipo de impacto mais difuso e, talvez, menos visível.

A magnitude das repercussões sociais da construção da hidrelétrica de Itaparica, situada no Vale do São Francisco, contém elementos de análise seguramente valiosos para uma melhor compreensão da importância da avaliação de impactos, devendo se constituir em foco central da análise ora apresentada.

A abordagem dos impactos sociais

Como visto anteriormente, grandes obras quase sempre provocam grandes impactos, estabelecendo-se uma relação de difícil controle entre a ordem de grandeza do empreendimento e as maneiras sob as quais repercute nos meios físico, biótico e, sobretudo, no socioeconômico.

Sob tal perspectiva, surgem imagens de projetos grandiosos, desenvolvidos sobretudo, pelo poder público, e com finalidades as mais variadas, dentre as quais podem ser citadas: a geração e a transmissão de energia elétrica; a construção de rodovias ou ferrovias; a implantação de perímetros de irrigação; a reestruturação ou implantação de infra-estrutura urbana, dentre outras. A instalação de um projeto de larga escala, destinado à exploração de recursos naturais renováveis ou não, muitas vezes requer a construção de infra-estrutura e a capacitação de recursos humanos, gerando um entorno impactado de complexidade e intensidade variáveis em cada situação em particular. Para serem adequadamente identificados e medidos, esses efeitos precisam ser avaliados a partir de abordagens multidisciplinares, de modo a prever, com margens de erro reduzidas, a pluralidade de eventos porventura concomitantes ou supervenientes.

Por exemplo, a construção de uma estrada de ferro ou de uma hidrelétrica pode provocar efeitos, eventualmente camuflados sob outros de maior visibilidade, a exemplo da valorização das terras situadas nas proximidades do local de intervenção, levando a um processo de concentração fundiária, seguido de conflitos. Podem ser geradas, igualmente, sérias dificuldades de absorção de uma população flutuante, atraída pelas obras, no interior dos municípios onde estão localizadas, além de incontáveis outras situações de possível ocorrência. O fato de problemas dessa ordem haverem sido detectados em empreendimentos localizados em diversos países conduz à crítica, difundida tanto nas esferas governamentais como no âmbito dos centros de pesquisa dedicados à temática; das instituições de financiamento e, especialmente, entre os movimentos sociais, quanto às práticas de planejamento distanciadas da correta avaliação *ex-ante* da real dimensão dos impactos.

Como conseqüência desse tipo de falha ou deficiência na atuação institucional – que denota visões de mundo que, muitas vezes, enfatizam os avanços técnicos e as vantagens eminentemente econômicas –, nota-se uma tendência acentuada de pensar esses impactos como elementos definidores do que se

poderia classificar, com raras exceções, como catástrofes socioambientais. As avaliações especialmente voltadas para a dimensão social apontam, justamente, para um conjunto bastante variado de efeitos perversos desses empreendimentos sobre as populações moradoras e/ou economicamente dependentes da área de influência das obras enfocadas.

No entanto, é preciso focalizar a questão dos impactos da maneira a mais objetiva possível, livre de idéias preconcebidas, seja no sentido de atribuir vantagens descabidas ao grande projeto, em nome de posturas ufanistas nem sempre compatíveis com os dados de realidade, seja sob a influência, igualmente distorcida, das visões marcadamente catastróficas. Nunca é demais lembrar que, excetuando os monitoramentos e as avaliações contínuas, qualquer estudo sempre se refere a um momento específico de ocorrência de um dado fenômeno social, que, por sua própria natureza, é dinâmico, sujeito a variações a partir de fatores endógenos ou como decorrência de determinantes externos.

Assim sendo, os resultados de uma pesquisa realizada sobre os efeitos sociais de um determinado projeto não podem ser encarados como verdades imutáveis – tanto no que concerne aos benefícios como no que remete às possíveis repercussões negativas –, a não ser quando se considera o momento específico de realização dos levantamentos e da análise dos dados. Nesse sentido, cada empreendimento e cada etapa de seu desenvolvimento requerem abordagens capazes de detectar as peculiaridades que lhes são inerentes, muito embora o conhecimento acumulado sobre a temática deva se constituir em referencial fundamental a tais reflexões.

De modo geral, os grandes projetos se prolongam por um longo período – considerando as etapas de concepção, implantação e operação – e os impactos produzidos, em cada um dos distintos momentos citados, apresentam singularidades, no que concerne à natureza, intensidade, duração, frequência, tempo e espaço de ocorrência.

No tocante ao meio socioeconômico e cultural, constata-se uma considerável dificuldade de mensuração dos impactos, em razão de fatores como: (a) heterogeneidade dos atores sociais; (b) formas diferenciadas como cada segmento social se

insere no conjunto dos atingidos e/ou beneficiários; (c) carência de informações adequadas acerca das populações atingidas, dispondo-se, normalmente, de dados agregados, dificilmente atualizados, por município (estatísticas oficiais), ou de informações resultantes de pesquisas³, nem sempre conduzidas sob o rigor dos parâmetros metodológicos ou, na pior hipótese, realizadas com base em pressupostos que desconsideram, por exemplo, os valores locais.

Ao analisar casos de reassentamentos compulsórios de populações – ação comumente articulada com a implantação de grandes obras – Gutman (1994: 189-210) afirma que, apesar das peculiaridades inerentes às experiências concretamente enfocadas, é possível identificar certos obstáculos que aparecem de maneira recorrente, conclusão que certamente contribui para o avanço dos métodos de avaliação. Dentre os problemas relatados em estudos sobre a temática, podem ser destacados: (a) dificuldades ou ineficiência dos executores quanto à mensuração das populações direta ou indiretamente afetadas; (b) delimitação superficial da complexidade dos processos de mudança, implícitos aos programas voltados para o tratamento/enfrentamento das questões sociais, sobretudo quando envolvem remanejamentos populacionais; (c) dificuldades relativas ao planejamento dos custos dos programas de atendimento às comunidades afetadas, fato que, possivelmente, resulta em atrasos no cronograma das obras e acirramento do clima de tensão social que frequentemente acompanha esses empreendimentos de larga escala.

Ainda sob a ótica dos impactos sociais de grandes projetos, faz-se necessário destacar uma outra ordem de fatores intervenientes, diretamente relacionada com a correlação de forças sociais e políticas prevalecente à época de realização do empreendimento. Trata-se de condicionantes de forte

³ O planejamento de uma grande obra pressupõe a realização de análises de viabilidade técnica e econômica, o que resulta na elaboração de estudos preliminares sobre as populações potencialmente afetadas. Esses levantamentos de dados serão posteriormente complementados pelo Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA. Em virtude das próprias condições sob as quais se realizam (prazos excessivamente restritos, dificuldade em mobilizar equipes de pesquisadores melhor habilitados, interesses em jogo em concorrências desse tipo etc.), a qualidade do produto final pode não ser a recomendada. Eventualmente, existem estudos mais completos sobre aspectos dessa mesma realidade, desenvolvidos de maneira mais autônoma por instituições de ensino e pesquisa.

interferência nos ideários e nos mecanismos técnicos privilegiados na concepção, desenho e execução de projetos em larga escala. Nem sempre perceptíveis à primeira vista, interesses heterogêneos e, inclusive, divergentes perpassam todo o processo de instalação e operação de um projeto dessa natureza. Usualmente presente no discurso dos planejadores ou executores de projetos de larga escala, a expressão *atingidos* simplifica e reduz, excessivamente, a multiplicidade e o dinamismo presentes na realidade social submetida a mudanças forçadas.

Na verdade, corresponde a um conceito que engloba, de modo mais enfático, as comunidades diretamente afetadas pelas obras planejadas, fazendo referência – quando o faz – apenas vagamente, aos demais grupos sociais igualmente envolvidos, tais como: grandes empresas do ramo da construção civil; quadros técnicos especializados naquele tipo de projeto; mão-de-obra temporariamente contratada; indústrias ligadas à produção dos materiais e equipamentos utilizados na obra; locadoras de veículos; comerciantes e prestadores de serviço das localidades afetadas; proprietários de imóveis desapropriados ou beneficiados (valorizados) pelo empreendimento; consumidores do produto ou serviço associado à obra construída (energia elétrica, transporte, minério etc.); empresas de consultoria em estudos ambientais, dentre inúmeros atores individuais e coletivos, que poderiam ser identificados, desde a fase de concepção até a de operação do projeto.

Deduz-se, portanto, que o termo *atingidos* designa, em sentido estrito, as populações que, de fato, poderiam ser classificadas como as grandes vítimas de uma dada intervenção, quase nunca sendo empregado para identificar os beneficiários. No entanto, afigura-se conveniente utilizá-lo em sentido lato, na tentativa de abranger todo o conjunto de pessoas e/ou coletividades afetadas: de forma positiva ou negativa; explicitamente ou não; no momento da implantação ou em uma etapa futura; de maneira temporária ou permanente.

Observa-se, igualmente, que os interesses vinculados aos vários segmentos sociais serão expressos sob modos os mais diversos possíveis, a depender do poder de pressão manifesto, seja através de grandes mobilizações coletivas, como costumam

proceder as comunidades diretamente atingidas, sobretudo as camadas populares, seja mediante negociações abertas com os executores, seja utilizando artifícios nem sempre honestos, de viabilização de demandas privadas. Há, ainda, aqueles grupos sociais fragilmente organizados e que, por esta razão, permanecem como *atores ocultos*, cuja identificação e tratamento não podem, todavia, ser desconsiderados no decorrer de um correto planejamento ou de uma avaliação.

Para finalizar esses comentários sobre a multiplicidade dos grupos sociais que integram a categoria *atingidos*, resta frisar que a situação observada em relação a um dado projeto muito provavelmente não se repetirá com igual formato ou características idênticas em outro local e/ou em outro momento.

Daí a importância de se analisarem os aspectos conjunturais que delimitam o cenário particular do projeto, sobre o qual se debruça o estudioso ou o técnico dedicado ao assunto.

Redefinição dos modelos de intervenção: papel dos movimentos sociais e das agências de financiamento

Tomando-se como exemplo as ações do governo brasileiro no tocante à política de geração de energia elétrica, verifica-se que a década de 1980 assinala a reorientação do modelo de intervenção até então adotado. Tais mudanças, todavia, não surgem do acaso, mas, ao contrário, resultam de uma pluralidade de fenômenos e de novas idéias, que conduziram a transformações significativas na relação Estado-Sociedade.

Constata-se que, naqueles anos, as mobilizações sociais tornaram-se mais intensas e organizadas, contribuindo para redefinir os mecanismos de gestão pública, na medida em que as pressões exercidas pelos grupos politicamente organizados materializam interesses específicos, demandas e protestos quanto às ações governamentais.

Por outro lado, em escala mundial, tornam-se mais presentes as preocupações quanto ao uso e à preservação dos

recursos naturais, despertando e difundindo uma maior consciência relativamente aos problemas ambientais. As novas interpretações acerca da relação entre crescimento econômico e custo socioambiental acenderam a polêmica em torno da noção de progresso, conceito que tanto serviu para justificar a implementação de projetos e programas de desenvolvimento urbano e rural. Nele, estava embutida uma idéia estreita de desenvolvimento econômico, no âmbito do qual as questões sociais – em sentido lato – raramente eram consideradas.

Retrata bem tais limitações o fato de, no Brasil, a década de 1980, a construção de grandes obras, como as hidrelétricas, não estar condicionada à resolução ou compensação dos impactos que seriam provocados. A importância das questões ambientais só a partir de então seria realçada, levando à instituição da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, e, posteriormente, à regulamentação da exigência de relatórios de impacto (EIA/RIMA), quando muitos grandes projetos haviam sido iniciados, sem falar nos já concluídos não se sabe bem a que custo social. O aperfeiçoamento da legislação se completava com a criação de órgãos voltados especificamente para a questão ambiental, a exemplo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, fundado em 1989. Trata-se, sem dúvida, de avanço institucional relevante, contando-se, hoje, com normas legais mais detalhadas, que impõem limites à ação dos executores de grandes projetos, estabelecendo critérios bem mais rigorosos quanto à necessidade de tratamento dos impactos causados pela obra, e condicionando a concessão da licença de operação à adoção de medidas e programas destinados a evitar, mitigar ou compensar tais repercussões negativas sobre o ambiente natural e as comunidades atingidas.

Nesse contexto, a barragem de Itaparica representa um marco na atuação do setor elétrico, pelo fato de, pela primeira vez, as questões sociais passarem a ocupar uma posição de destaque no interior do processo de construção da usina, muito embora o detalhamento do modelo de reassentamento das famílias atingidas só viesse a ser concebido em 1985, cerca de dez anos após o início das obras, certamente sob a influência das pressões da sociedade.

O redirecionamento ali observado articulava-se, como se mencionou em linhas anteriores, com alterações que se davam no plano das relações políticas, com a queda dos militares, que se encontravam no poder desde 1964. O projeto Itaparica é iniciado em meados da década de 1970, quando se discutia a democratização do regime político, começando a eclodir, no final dessa década, algumas ações coletivas conduzidas por instituições da sociedade civil.

Na área de influência da referida barragem, registra-se a ocorrência de atos públicos de protesto, reunindo, logo no início da resistência organizada, no ano de 1979, cerca de cinco mil atingidos. Tais ações constituíam-se em fruto de todo um trabalho de fortalecimento do movimento sindical de trabalhadores rurais, em alguns municípios da região do Vale do São Francisco⁴.

Na década seguinte, as mobilizações populares continuavam despontando por todo o País, conferindo maior visibilidade a uma nova correlação de forças sociais e políticas, que favorecia não apenas o surgimento de movimentos sociais e trabalhistas⁵, mas, igualmente, a renovação de quadros técnicos e das concepções presentes no planejamento público. Como assinalam pensadores como Gramsci e Poulantzas, o Estado jamais atua de forma neutra nem como um bloco homogêneo, e, assim sendo, reproduz de alguma forma as contradições sociais e as disputas por hegemonia que se dão na sociedade como um todo.

Dentre as influências externas que colaboraram para a renovação do modelo de intervenção do Estado em grandes obras, há que se ressaltar o papel desempenhado pelas agências

⁴ Ressalte-se que, no Sertão pernambucano, tal como acontecia em outras partes do País, a intervenção do Estado serviu de estímulo ao processo de organização e de participação política dos assalariados e agricultores familiares nos sindicatos, rompendo-se, no final da década de 1970, um longo período de apatia das massas rurais sertanejas, que certamente contribuiu, no passado, para a consolidação das relações de patronagem e de clientelismo ainda existentes naquela região (Ver ARAÚJO, 1990; MEDEIROS, et al. [org.], 1994). Sobre as relações de poder no Nordeste rural, ver os estudos de FERRAZ DE SÁ (1974) e de Bursztyn (1984), dentre outros.

⁵ Em 1979, as greves dos assalariados da cana-de-açúcar de Pernambuco, além das expressivas manifestações promovidas pelos sindicatos dos metalúrgicos da região do ABC paulista, ilustram as mudanças que aconteciam no cenário político brasileiro.

multilaterais de financiamento, a exemplo do Banco Mundial-Bird e do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

O Banco Mundial foi a primeira instituição financeira a elaborar, em 1980, normas detalhadas atinentes a ações no âmbito de programas de reassentamentos populacionais (Gutman, 1994, p.199). A revisão do modelo anteriormente adotado pelo órgão é devida a fatores como: (a) evolução da consciência ambiental; (b) as pressões de segmentos organizados da sociedade, sobretudo os movimentos ecológicos surgidos nos países desenvolvidos; (c) o volume dos impactos negativos registrados em empreendimentos que contaram com investimentos daquelas instituições em todo o mundo.

A partir de então, são alterados os critérios e requisitos exigidos para a concessão de empréstimos para projetos dessa natureza. Com relação, em especial, aos programas de reassentamento, as novas diretrizes do Bird e, também, as do BID, reforçam a idéia de que devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações afetadas. Em documento datado de 1990, o Banco Mundial afirma que *todo reassentamento deve ser concebido e executado como um programa de desenvolvimento* (World Bank, 1990, p.3), redefinindo, portanto, o paradigma tradicional, baseado na mera compensação das perdas que podem ser computadas⁶ (Idem, World Bank, 1992). A superação da antiga prática de encarar as repercussões sociais tão-somente como perda de bens materiais passíveis de indenização monetária, representa um sensível aprimoramento na forma de tratamento da questão. Na verdade, além das perdas materiais, uma grande obra freqüentemente ocasiona prejuízos no campo, bem mais difuso, da afetividade e dos padrões culturais. Realizar um completo cadastramento de bens materiais constitui-se em tarefa difícil, mas bem menos complexa do que avaliar, por exemplo, o significado de um local de culto para uma tribo indígena ou os referenciais de vida

⁶ No documento de 1990, na página 3, falava-se da necessidade de os planos de reassentamento se basearem em informações recentes sobre a escala de impactos com o deslocamento da população, devendo-se descrever modos de vida, encorajando a participação dessas comunidades. Sobre a mesma questão, vale a pena consultar: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: 1995 e OXFAM: 1994, além de GUGGENHEIM: 1992, em *paper* apresentado no Seminário Internacional sobre reassentamento involuntário de população no setor elétrico, promovido pela Eletrobrás/Banco Mundial/Eletrosul-Itaipu Binacional.

cotidiana, construídos a partir das relações de troca estabelecidas no interior de uma comunidade, as quais, certamente, têm como referencial a convivência com o meio ambiente.

Reforçando a percepção da complexidade de intervenções desse tipo, merecem destaque resultados de estudos antropológicos que distinguem três tipos de estresse, inter-relacionados, decorrentes da construção de represas: (a) estresse fisiológico – ligado às alterações relacionadas com as obras, enquanto geradoras de doenças; (b) estresse psicológico – associado às incertezas em relação ao futuro e à necessidade de se ajustar a um novo ambiente físico; (c) estresse social – referente às mudanças nas formas de interação social tradicionais, inclusive pela chegada ao local das obras de pessoas estranhas às comunidades residentes, verificando-se aumento da criminalidade, dos casos de alcoolismo etc. (Werner, 1983)⁷.

Usina Hidrelétrica de Itaparica - uma experiência de grande projeto

A usina hidrelétrica de Itaparica representou um acréscimo de 2.500MW ao potencial de geração de energia do País, estando situada na região do Submédio São Francisco, em trecho correspondente aos estados da Bahia e Pernambuco. Ao inundar 834Km², o lago formado atingiu cerca de 10.400 famílias das quais mais de 6.000 moradoras nas áreas rurais, constituindo-se as demais de residentes nas sedes municipais de Petrolândia, Rodelas e Itacuruba, além do povoado de Barra do Tarrachil, também cobertos pelas águas. O sistema Itaparica, como também se designa o conjunto de ações atinentes à geração de energia elétrica, bem como ao reassentamento populacional, se distribui em uma extensão de terras correspondente a aproximadamente 100 mil hectares, dos quais 20 mil destinados à prática da agricultura irrigada.

⁷ O autor se baseia em estudos desenvolvidos, entre 1973-76, por Tayer Scuder.

Inexiste uniformidade quanto ao número de atingidos e de reassentados em função da barragem de Itaparica. O relatório de Rice (1997, p.5), elaborado para o Banco Mundial, considera o total de 4.900 famílias rurais reassentadas, número que corresponde aos beneficiários de lotes irrigados e de casas nas agrovilas construídas. Às famílias rurais atendidas pelo programa somam-se 3.500 famílias urbanas deslocadas em virtude da inundação de três cidades e de um povoado, e, ainda, aproximadamente 1.000 famílias que receberam compensação em dinheiro e deixaram a área. O Banco Mundial financiou projetos que absorveram 4.500 famílias. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco-Codevasf, em seus relatórios mensais de acompanhamento das áreas de reassentamento – que excluem a maior parte dos denominados pequenos projetos e as piscigranjas – registra um total de 5.280 famílias rurais reassentadas. A pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco, baseada em dados fornecidos, em 1996, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco-Chesf, considerou um total de 6.187 famílias rurais atingidas pelo reservatório de Itaparica. Em 1988 (Fundação Joaquim Nabuco: 1988), tendo como referência dados compilados, até então, pelo cadastro de famílias da Chesf, verificou-se, em termos das alternativas de reassentamento, a seguinte distribuição: Projetos Especiais – 36,9% das famílias atingidas; Borda do Lago – 22,9%; Cidade do município de origem – 8,1%; Outras localidades – 9,5%; Outras localidades fora do estado – 4,2%; Pequenos projetos – 3,1%; Piscigranjas – 0,3%; Destino ignorado – 11,8%; Outros – 3,2%.

O volume de recursos dispendidos na implementação do projeto Itaparica, com frequência, tem sido mencionado, quando se argumenta acerca dos resultados pouco satisfatórios alcançados até o momento. Segundo dados da Chesf, de abril de 1997, o custo total dos programas de assistência às populações desalojadas na área de influência direta do reservatório corresponde a US\$ 1,5 bilhões, incluindo a indenização e o reassentamento para 9.400 famílias, bem como a indenização para cerca de 1.000 famílias que, por motivos diversos, preferiram a compensação em dinheiro. Esse valor é praticamente igual ao que foi gasto na construção da usina

hidrelétrica. Calcula-se que o custo médio do reassentamento, por família, foi de, aproximadamente, US\$ 185,000, bastante superior aos valores estimados no início das ações de remanejamento. O custo do hectare irrigado situa-se na faixa dos US\$ 54,000, enquanto em outros projetos de irrigação rural do Nordeste, a média de custo corresponde, comumente, a valores entre US\$ 20,000 e US\$ 25,000 por família (Rice, 1997, p.8).

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que a intervenção do Estado, em Itaparica, assumiu conotações distintas das que marcaram outras ações do poder público na região, estando, no primeiro caso, fortemente imbuída da idéia de *dívida social*, associada ao objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos atingidos e às várias formas de pressão ali manifestas, no intuito de viabilização de interesses específicos, visão que, por si só, implicava aumento nos custos do projeto.

A política de atendimento às populações afetadas pelo empreendimento encontra-se desenhada, em suas linhas gerais, no *Plano de Desocupação* (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1985), no qual é descrito um modelo de reassentamento que privilegia, no tocante às famílias rurais, a transferência para perímetros de irrigação, distribuídos em manchas de solos férteis – algumas, aliás, com sérias restrições – identificadas nas margens do lago, bem como em localidades mais distantes, selecionadas em função da oferta de terras tecnicamente adequadas ao tipo de projeto que viria a ser implementado⁸.

As alternativas de reassentamento oferecidas à população podem ser classificadas em seis grupos:

(a) *Projetos Especiais* – assim são denominados os quatro grandes perímetros de irrigação, integral ou parcialmente construídos, em municípios circunvizinhos, distantes, em média, cerca de 100 km com relação ao reservatório formado, nos quais foram alojados 37% das famílias atingidas. Como

⁸ Algumas informações adicionais podem melhor ilustrar a dimensão das ações contidas no plano de reassentamento executado: 4.232 famílias transferidas para os novos perímetros de irrigação; 4.591 casas; 111 agrovilas; 12 postos de saúde; 69 escolas; 4.420 lotes destinados à prática da lavoura irrigada; 224 estações de bombeamento; 111 adutoras; 45 km de canais; 349,75 Km de estradas (Cf. Codevasf/ Grupo Executivo Especial do Projeto Itaparica, 1999).

características gerais de cada um dos citados projetos, vale destacar: *Brígida* – localizado no município de Orocó-PE, encontra-se subdividido em 429 lotes e abriga, predominantemente, agricultores oriundos de Itacuruba-PE; *Caraibas* – implantado em Santa Maria da Boa Vista-PE, dispõe de 1.603 lotes, onde foram reassentados agricultores de Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco; *Pedra Branca* – instalado em Curaçá-BA e, em menor proporção, em terras do município de Abaré-BA, possui 763 lotes destinados, preferencialmente, aos agricultores de Rodelas e Chorrochó; *Jusante* – fica em Glória-BA, contando com 612 lotes e absorvendo populações transferidas de Glória e Rodelas. Por razões diversas, dentre as quais a baixa qualidade dos solos para o tipo de uso planejado, este último perímetro não chegou, até o momento, a funcionar, estando sendo analisadas outras formas de aproveitamento das terras adquiridas, como alternativa para as famílias que para lá foram deslocadas.

(b) *Projeto Borda do Lago* – em Pernambuco, corresponde a 1.798 lotes, distribuídos em dois perímetros localizados no município de Petrolândia⁹. Na Bahia, são 530 lotes localizados nos municípios de Glória e Rodelas. Para as áreas constitutivas desse projeto foram transferidos 23% dos atingidos pela barragem de Itaparica.

(c) *Projetos em grupo*¹⁰ – elaborados e implantados com base em propostas apresentadas por grupos de agricultores que não se adequaram ao modelo de reassentamento defendido pela Chesf. Com tais características, foram realizadas obras de infraestrutura em: *Inajá* – projeto constituído por 9 famílias de índios-camponeses, segundo denominação de Melo, (1988), provenientes de Floresta e de Itacuruba; *Remanso* – área localizada no perímetro de influência do lago de Sobradinho, na Bahia, absorveu cerca de 40 famílias de Itacuruba; *Manga de*

⁹ Projeto Barreiras, com a previsão de 3.050 hectares irrigados, e Icó-Mandantes, com 2.700 hectares irrigados, muito embora deva-se registrar que parte significativa das áreas demarcadas para irrigação vêm apresentando problemas de solo impeditivos quanto ao uso na agricultura.

¹⁰ Os dados relativos ao número de famílias em cada um dos projetos de menor porte acima arrolados constam de documento elaborado por Felício Limeira de França e Margarida Dantas de Oliveira (CHESF: 1992).

Baixo – com 93 hectares irrigados e 25 famílias, abriga os antigos moradores da fazenda de igual denominação, em Belém do São Francisco. Trata-se de um projeto antecipado ou experimental, que deveria servir de referência para as demais áreas de reassentamento; *Jeremoabo* – localizado no estado de Alagoas, incorporou 12 famílias de agricultores ribeirinhos atingidos pelas primeiras obras de construção da barragem; *Ibotirama* – área situada na Bahia, distante cerca de 1.000 km do município de Rodelas, onde antes estava situada a reserva – para onde foram transferidas 97 famílias oriundas do grupo indígena Tuxá. Outra parte da tribo optou pela permanência em área próxima à antiga aldeia, sendo defendido o projeto denominado *Riacho do Bento* – composto, segundo dados da Chesf, por 88 famílias também integrantes da mesma tribo; *Riacho da Melancia* – objeto de reivindicação de pequenos lavradores e criadores de Chorrochó, que passaram a residir no novo núcleo urbano de Barra do Tarrachil, este projeto não se concretizou por problemas relacionados com a qualidade dos solos; *Apolônio Sales* – trata-se, na verdade, de projeto de médio porte, com características bem semelhantes às dos projetos especiais, destinado aos granjeiros que integravam uma área de irrigação instalada, na década de 1940, pela antiga Superintendência do Vale do São Francisco-Suvale, no município de Petrolândia. Abriga, hoje, 100 famílias, que ocupam cerca de 800 hectares com lavouras irrigadas; *Fazenda Canafistula* – situado em Delmiro Gouveia-AL, é o local de reassentamento das 29 famílias que residiam na comunidade Riacho Salgado, desalojada para a construção do canteiro de obras do reservatório, em junho e julho de 1982; *Brejinho de Fora*, também denominado *Varjota* – consiste em uma pequena área situada na margem esquerda do reservatório, em Petrolândia, na qual residem, atualmente, 11 famílias desalojadas pelas obras preparatórias ao início da construção da barragem¹¹.

¹¹ Sobre o reassentamento nas localidades Canafistula e Brejinho de Fora, dispõe-se de dois estudos de caso, elaborados pelas pesquisadoras Ana Eliza Vasconcelos Lima e Magda de Caldas Neto (Fundação Joaquim Nabuco: 1995)

(d) *Piscigranja* – corresponde a uma alternativa de produção agropecuária implementada em decorrência da deficiente qualidade dos solos em localidades atingidas pelo reservatório, o que inviabilizava o funcionamento de projetos de irrigação coletivos em algumas áreas. Deveriam absorver, prioritariamente, cerca de 134 agricultores de Itacuruba, Rodelas e Belém do São Francisco. A experiência com as piscigranjas redundou em um grande fracasso, estando em andamento estudos objetivando identificar outras alternativas de geração de emprego e renda para os que seriam originalmente atendidos por esse programa específico¹².

(e) *Nas novas cidades* – por ocasião dos remanejamentos, alguns agricultores e criadores preferiram o reassentamento nas novas cidades, permutando casas rurais por outras, nas áreas urbanas, em alguns casos, abandonando as atividades agropecuárias até então desempenhadas. Fatores de ordem diversa influenciaram esse tipo de escolha, *desde a avaliação da indisponibilidade de mão-de-obra familiar para trabalhar no lote*, até a confiança na promessa de políticos locais que viam na transferência de populações a redução dos seus redutos eleitorais, fato que os levou a propor alternativas de permanência no município de origem, mantendo, desse modo, uma proximidade extremamente conveniente (Fundação Joaquim Nabuco, 1988).

(f) *Solução própria* – expressão utilizada para designar os casos em que o atingido pela barragem recebe uma indenização em dinheiro e organiza, individualmente ou em grupo, uma alternativa de reassentamento, recebendo apoio de transporte até 500 km de distância em relação à área de origem. Predominantemente, inscrevem-se nessa situação agricultores e fazendeiros mais capitalizados, dentre os quais se encontram os detentores das denominadas *áreas remanescentes*, ou seja, terras situadas acima da cota máxima do reservatório, mas ainda com extensão suficiente para dar continuidade ao tipo de uso anterior à formação do lago. A esse grupo somam-se os que saíram do estado ou do município onde residiam e os de destino ignorado.

¹² Sobre esta modalidade de relocação, ver o estudo de caso elaborado por Ana Elizabeth Perruci do Amaral e Sueli Guimarães (Fundação Joaquim Nabuco: 1994).

De modo geral, nenhum dos perímetros instalados pela Chesf era dotado de solos realmente férteis, adequados às práticas agrícolas. Cerca de 70% dos solos existentes na área são constituídos por areia quartzosa, com menos de 0,6% de matéria orgânica (Fundação Joaquim Nabuco: 1996), o que, em determinados locais, inviabilizou a produção em lotes que chegaram a ser demarcados, a exemplo do que acontece de maneira acentuada nos Projetos Borda do Lago-PE e Jusante. Segundo Rice (1997, p.6), em junho de 1997, 27% do total de lotes demarcados (1.447) continuavam *em estudo* ou haviam retornado a esta categoria depois de completada a instalação de muitos aspersores. Verifica-se, ainda, nesse mesmo período, que em pleno funcionamento, ou seja, recebendo água, encontravam-se apenas 2.117 lotes – 39% do total –, abrangendo cerca de 7.600 hectares. Vale ressaltar que dois grandes projetos, somando um total de 1.805 lotes (34%), correspondentes a 6.000 hectares, estavam, em 1998, na expectativa de plena operação.

As dificuldades decorrentes dos condicionantes ambientais, associadas às de caráter gerencial e financeiro, que implicaram o retardamento na conclusão do reassentamento, resultaram não apenas em custos adicionais, mas também no acirramento de conflitos sociais manifestos, desde as primeiras ações do poder público na área.

Se, por um lado, o acesso à terra, propiciado pelo plano de reassentamento, representou uma conquista de relevância indiscutível, quando se considera que o contingente de atingidos nas áreas rurais se compunha de 60% de trabalhadores e agricultores sem terra própria, por outro lado, não há como negar a dimensão das perdas materiais e afetivas – estas de difícil mensuração – decorrentes da barragem. E, considerando a incompletude das obras planejadas para o atendimento das populações compulsoriamente desalojadas, não há como aferir, ainda, os níveis de sucesso do empreendimento. É verdade que não se concretizaram nos prazos previstos, mas será que restam possibilidades de concretização de *mudar para melhor*? Este era o *slogan* da campanha que antecedeu o traslado das famílias para os novos locais de residência e de trabalho, o qual

contribuiu – no contexto de todo um trabalho de divulgação dos propósitos da ação governamental na região – para convencer os resistentes à mudança, que alimentaram sonhos de autonomia respaldados na propriedade de um lote dotado de moderna infraestrutura para a produção agrícola. Os entraves supervenientes derivam de causas plurais, de natureza as mais diversas – técnicas, financeiras, institucionais, políticas e culturais – relacionadas com a própria complexidade do processo de mudança social subjacente às ações focalizadas.

Impactos sociais da barragem de Itaparica: uma tentativa de síntese

De maneira extremamente sintética, poder-se-iam arrolar efeitos sociais de visibilidade mais acentuada, sob o enfoque do remanejamento das populações de Itaparica:

- Perda do patrimônio histórico e paisagístico¹³ e, conseqüentemente, ruptura de relações sociais, práticas culturais e costumes, consolidados a partir da proximidade com o rio São Francisco. O traslado implicou a convivência com solos áridos e com vegetação escassa, compondo um cenário bastante distinto do existente nos locais de origem das comunidades atingidas;
- Perda das terras férteis situadas nas margens do rio e nas ilhas inundadas, o que significa a carência de maiores investimentos em insumos e tecnologia, de modo a obter resultados agrícolas satisfatórios;
- Necessidade de rever sistemas de produção e de organização do trabalho familiar, de modo a compatibilizá-las com o modelo de reassentamento implementado e sua inserção no

¹³ Com a inundação, ficaram submersos monumentos ou localidades consideradas como patrimônio histórico – o porto e a estação ferroviária de Petrolândia; a antiga usina hidrelétrica de Itaparica, à época já desativada – e o sítio arqueológico Caverna do Padre, além de outras áreas onde foram encontradas gravuras rupestres.

mercado (Giovenardi, 1995, p.31)¹⁴. Mudanças na base produtiva foram registradas, mediante a comparação de dados resultantes do censo agropecuários de 1985 e os da pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco. Em 1985, no conjunto dos municípios pernambucanos do perímetro da barragem, os principais produtos cultivados, em termos de área colhida, eram: feijão, milho, algodão, arroz e mandioca, sendo também significativa a produção de tomate, cebola e, em menor escala, uva. Na margem baiana, as colheitas mais expressivas eram de feijão, algodão, caju e milho, registrando-se, ainda, em menor volume, a mandioca, a cebola e o arroz. Como, nas áreas sujeitas à inundação, os plantios foram suspensos a partir de 1987, ocorreu, inevitavelmente, uma considerável queda na produção agrícola da região (Galindo et al., 2000, p.167-196). Cabe assinalar que entre a instalação dos reassentados nos perímetros de irrigação e a retomada das atividades produtivas há um longo período de transição, bastante analisado pela pesquisa da FJN, acrescentando-se a isso as perdas sofridas nos cultivos de sequeiro, devido à seca ocorrida em 1993.

- Mudanças nas formas de ocupação da população economicamente ativa. Segundo o Cadastro de Famílias, elaborado pela Chesf, em 1984, dos 4.409 chefes de família entrevistados, cerca de 80% se encontravam na condição de ocupados, dos quais 20% correspondiam a aposentados que, no momento, desenvolviam outras atividades. Daquele total, 39% eram proprietários do solo que cultivavam e 48% tinham acesso à terra através de contratos informais de parceria e arrendamento (Araújo, 1990, p. 65). O levantamento de dados realizado pela Fundação Joaquim Nabuco em 1994 revela uma sensível diminuição no número de

¹⁴ Ressalta o autor, em um trabalho de avaliação do tipo de assistência técnica oferecido nos projetos implantados, que *muito além da simples utilização de práticas e tecnologias de produção (...) está implícita uma mudança de atitudes e comportamentos tanto por parte dos produtores quanto dos técnicos e especialistas*, fato que contribui para ampliar a abrangência dos efeitos do processo de mudança analisado.

parceiros e de arrendatários, o que, aliás, já se previa como um dos objetivos do plano de reassentamento. Observou-se, por outro lado, que foi ampliado o número de ocupados como assalariados, passando dos 6% registrados em 1984, para 13% em 1994. Como pano de fundo das alterações acontecidas no tocante à ocupação, resta acrescentar o período de *ociosidade forçada* a que se viu submetida a grande maioria dos agricultores reassentados, em razão dos atrasos no cronograma das obras referentes à instalação dos sistemas de irrigação¹⁵.

- Redução dos rebanhos diante das restrições, determinadas pelos executores do projeto, quanto à quantidade de cabeças que poderiam ser levadas aos perímetros irrigados instalados, à época dos traslados, fato que provocou vendas apressadas e, inclusive, a perda de alguns animais que viviam soltos na caatinga. Informações compiladas pela pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco mostram que o rebanho foi reduzido em cerca de 19%, após a transferência das famílias, com base na comparação dos dados relativos a 1985 (Cadastro das Famílias elaborado pela Chesf) e 1994 (pesquisa direta da FJN);
- Alterações na renda das famílias reassentadas. Antes do reassentamento, as *principais fontes de renda e consumo dos agricultores e suas famílias consistiam não apenas no plantio de culturas de subsistência e de culturas comerciais como a cebola e a melancia, mas, também, na coleta de frutas, na pesca, no trabalho assalariado em propriedades próximas (como diaristas), no funcionamento de olarias de pequeno porte, na venda de hortaliças e verduras na feira, e no abate e venda do criatório* (Galindo et al., 2000). Com a paralisação dos cultivos em 1987, algumas dessas fontes de renda foram suprimidas, surgindo, inclusive, a perspectiva de situações de fome logo após o remanejamento. O

¹⁵ Alguns locais de reassentamento ainda não tiveram, até a data de hoje, concluídas obras previstas no planejamento original, havendo sérias pendências quanto às soluções para os problemas técnicos e, sobretudo, para aqueles relacionados com a qualidade dos solos, os quais foram identificados só após o enchimento do lago.

enchimento do lago, no início de 1988, representou a perda de outras fontes de rendimento, antes disponíveis. Pesquisa de campo desenvolvida pela Fundação Joaquim Nabuco, em junho de 1989, constatou a importância, para 98% das famílias que compunham a amostra, da verba de manutenção temporária¹⁶, instituída pela Chesf para compensar as perdas na etapa de transição¹⁷. À época, apenas 4,2% dos informantes declararam auferir rendimentos provenientes do trabalho na agricultura. Em 1994, das 333 famílias entrevistadas pela FJN, dois terços contavam com uma renda familiar mensal superior ao valor da verba de manutenção temporária. Com rendimento inferior a esse valor, foram identificadas apenas 3 famílias dentre as entrevistadas. A segunda fonte de rendimento de maior frequência nesse grupo de reassentados correspondia às pensões e benefícios recebidos por cerca de 34% daquelas famílias, enquanto a agricultura contribuía com 13% na composição da renda familiar mensal.

- Relação de dependência frente aos executores do projeto, em especial a Chesf, vista, eventualmente, como o *novo patrão*. A fragilidade da população, em face do impacto peculiar a situações de remanejamento forçado, aliada à distribuição de cestas básicas, logo após os traslados, seguida do pagamento da verba de manutenção temporária, atendendo resolução contida no Acordo de 1986, assinado pela Chesf e pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, bem como a postura paternalista assumida pela empresa responsável pelas obras (na intenção clara de agilizar a desocupação da área de inundação) constituíram-se em fatores determinantes do surgimento desses laços de dependência acima mencionados;

¹⁶ A verba de manutenção temporária – VMT representava, quando da sua criação, um instrumento de compensação monetária, paga pelo Estado, aos atingidos, em razão da interrupção das atividades produtivas na área. A medida contribuía, simultaneamente, para arrefecer o clima de tensão social decorrente do atraso no cronograma das obras.

¹⁷ Tão-somente em maio de 1994 entra em operação, ainda em caráter experimental, o sistema de irrigação do Projeto Brígida, o primeiro a ter as obras de instalação concluídas.

- Novas relações de poder, com o surgimento de canais de representação e de participação políticas que rompem com os sistemas tradicionais de dominação e de sujeição, forjados a partir do controle da terra e dos meios de produção, em particular a água;
- Novos padrões de moradia associados ao modelo de agrovilas;
- Oportunidade de acesso aos serviços básicos, mais disseminada e independente dos *favores* dos grandes proprietários;
- Fragilidade das administrações locais, sobretudo nos municípios que tiveram suas sedes cobertas pelo lago: Itacuruba, Petrolândia e Rodelas. A reconstrução dos prédios públicos e a mudança para as novas cidades certamente repercutiram nas atividades da municipalidade;
- Queda da receita tributária dos municípios da área de influência direta da barragem, especialmente no que se refere à arrecadação de ISS e IPTU. Nos municípios pernambucanos, registrou-se uma queda da ordem de 58% nessa receita (Galindo et al.: 2000). Dentre os fatores relacionados com esse fenômeno, podem-se citar: a refração do volume de vendas de produtos agrícolas e a reduzida capacidade de cobrança e fiscalização do poder público local.
- Ampliação da área total irrigada do Semi-Árido nordestino, desde que o Projeto Itaparica representará – caso venha a funcionar conforme o planejado – um acréscimo de 20 mil hectares destinados à prática da agricultura irrigada.

Considerações finais

A recorrência de impactos negativos atribuídos à construção de grandes obras, independentemente da finalidade à qual são destinadas, certamente contribuiu para as reavaliações que atualmente são feitas, acerca das repercussões socioambientais desse tipo de empreendimento. Se antes era corriqueira a indiferenciação entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico – que favorecia a ênfase na necessidade do progresso a qualquer custo –, observam-se, nas últimas décadas, mudanças significativas nessas concepções, na medida em que são incorporados aspectos sociais, como emprego, necessidades básicas, saúde, educação, equidade, dentre outras. Integrando o rol de preocupações mais recentemente manifesto, adquirem especial realce as questões relativas ao meio ambiente, dando margem ao aparecimento da expressão *desenvolvimento sustentável* (Veiga, 1998, p.154).

Muito embora ainda persistam, hoje, resistências nada desprezíveis em face dessas novas visões de mundo, é possível notar a redefinição de políticas e de práticas de ação, sobretudo no âmbito do poder público, no tocante ao tratamento dispensado às questões sociais.

A magnitude de projetos como os aqui enfocados remete à necessidade de construção de conhecimentos multidisciplinares, de modo a controlar os desdobramentos possíveis tanto no meio físico, como no biótico e no socioeconômico. Quando se tem como foco de análise a realidade social, destaca-se a relevância de contemplar situações de fato vividas pelas populações atingidas, mas, igualmente, suas expectativas em relação ao futuro e, inclusive, seus sentimentos e emoções, em um cenário de mudanças sociais compulsoriamente imposto pelo empreendimento. Não se devendo descuidar, ainda, de questões de maior abrangência, como o desenvolvimento regional, bem como os níveis de qualidade de vida dos atingidos, que poderiam determinar a natureza e a intensidade das ações voltadas ao atendimento das populações, sobretudo daqueles segmentos que se inscrevem

abaixo da linha de pobreza. A complexidade do objeto de estudo se revela de imediato, fato que requer a busca de um tipo de abordagem capaz de detectar, conforme recomendam inúmeros estudos desenvolvidos sobre a temática, um aspecto de primordial importância: a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos em processos dessa natureza.

O reassentamento das populações rurais afetadas pela construção da hidrelétrica de Itaparica constitui-se, no escopo deste trabalho, em experiência que ilustra o rol de dificuldades decorrentes da instalação de grandes obras. As repercussões sociais das ações empreendidas pelo poder público na região podem ser classificadas em dois grandes grupos:

- As que resultam do remanejamento em si e de suas conseqüências sobre a organização social das comunidades, como a *perda de bens materiais* (animais, terras, casas, trabalho, etc.) e a *destruição de referências culturais e afetivas* (hábitos e tradições construídas a partir da relação com o meio ambiente);
- As que se relacionam com a *concepção e a execução do plano de reassentamento*, dentre as quais se destacam aquelas associadas ao modelo de intervenção e, conseqüentemente, de opção de reassentamento pautado pela uniformização das soluções oferecidas aos distintos grupos de atingidos; e o descumprimento dos cronogramas, este, certamente, problema da mais expressiva relevância, constituindo-se em fator de conflitos e em causa da situação indesejada de *ociosidade forçada* – vivida por alguns agricultores – que perdura há quase uma década; e, por fim, precariedade de alguns serviços oferecidos, que, inegavelmente, também denotam falhas de planejamento.

Diante da multiplicidade de elementos que conformam o que se denomina de realidade social, expõe-se, como já mencionado, a necessidade de utilizar um conceito abrangente de impactos negativos, para além dos limites do que pode ser mensurado, incorporando uma percepção de perdas não-restrita aos bens materiais. Ampliando-se a concepção de impacto, alarga-se, simultaneamente, a de atingido, descortinando-se, então, a

enorme pluralidade de situações, com as quais se articulam formas igualmente variadas de resistência e de vulnerabilidade.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Recife: Ed. Massangana, 1990.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. *Reassentamento involuntário em projetos do BID – Princípios e diretrizes*. Washington: BID, 1995;

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: CNPq/Vozes, 1984

CODEVASF/ GRUPO EXECUTIVO ESPECIAL DO PROJETO ITAPARICA. *Relatório de acompanhamento*. Petrolina: CODEVASF/GEEPI, março-abril de 1999.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *Reservatório de Itaparica – Plano de desocupação*. Recife: Chesf, 1985.

_____. *Usina hidrelétrica de Itaparica: aspectos ambientais de projetos co-financiados pelo Banco Mundial*. Recife: Chesf, 1992 (documento elaborado por Felício Limeira de França e Margarida Dantas de Oliveira).

FERRAZ DE SÁ, Maria Auxiliadora. *Dos velhos aos novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: PIMES/UFPE, 1974

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social*. Relatório final de avaliação do reassentamento rural de Itaparica. Recife: Chesf/FJN, 1988. Inclui estudo sobre os índios Tuxá (repro).

_____. *Piscigranja: uma opção de reassentamento*. Recife: Chesf/FJN, 1994.

_____. *Projeto Itaparica: avaliação do reassentamento rural – 4º Relatório de Acompanhamento Trimestral-RAT*. Recife: Chesf/FJN, 1995.

_____. *Projeto Itaparica: avaliação do reassentamento rural – 5º Relatório de acompanhamento trimestral-RAT*. Recife: Chesf/FJN, 1996.

GALINDO Osmil et al. Dimensão econômica: transformações dos municípios diretamente atingidos pela Barragem de Itaparica. In: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda de; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (Organizadoras). *Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica*. Recife: Editora Massangana, 2000.

GIOVENARDI, Pedro Eugênio – *Avaliação de processos de assistência técnica e extensão rural nos projetos do sistema Itaparica*. Brasília, 1995. (repro)

GUGGENHEIM, Scott. Rethink resettlement. "Paper" apresentado no Seminário Internacional sobre reassentamento involuntário de população no setor elétrico, promovido pela Eletrobrás/Banco Mundial/Eletrosul-Itaipu Binacional. Itaipu, 4 a 14 de maio de 1992.

GUTMAN, Pablo. Involuntary resettlement in hydropower projects. *Rev. Energy Environ. Sl.*, n.19, p.189-210, 1994.

MEDEIROS, Leonilde et al. (org.) *A experiência de organização dos reassentados de Itaparica*. In: *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

MELO, Rita Maria Costa. Avaliação do reassentamento do grupo indígena Tuxá-BA. In: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social*. Recife: Chesf/FJN, 1988.

OXFAM. *Oxfam's response to the World Bank report: resettlement and development*, s.l., 1994.

RICE, E. B. *Early experience with involuntary resettlement: a follow-up*. Case study: Brazil-Itaparica. Washington: World Bank/OED, 1997, p. 5.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. In: AGUIAR, Danilo R.; PINHO, José Benedito (edit.). *Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36. Poços de Caldas-MG, 1998. *Anais*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-SOBER, 1998.

WORLD BANK. *World Bank approaches to environment in Brazil: a review of selected projects*. V 1. Overview. Washington: World Bank/OED, 1992.

WORLD BANK. *The World Bank operational manual – Operational Directive*. Washington: World Bank, 1990, p. 3.